

MEDIDAS PROVISÓRIAS

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|--|
| <p style="text-align: center;">MP 501/10</p> <p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências.</p> | <p>Educação: Emenda apresentada pelo Deputado Fernando Coruja.</p> | Obrigatoriedade de concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores incluirá os cursos ministrados na modalidade de ensino a distância (EAD), na forma regulamentada pelo Poder Executivo. | Emenda 6 do Senado inicialmente aprovada quando (MP 497). Depois foi rejeitada pelo relator. | Transformada Lei Ordinária 12385/2011 |
| <p style="text-align: center;">MP 502/10</p> <p>Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências.</p> | <p>Esportes: 1 Emenda de autoria do Deputado Fernando Coruja.</p> | Obrigatoriedade enviar ao Congresso Nacional e publicação no site do Ministério dos Esportes, cópias dos contratos integrais. | Emenda acatada pelo relator no PLV 1/2011. | Transformada Lei Ordinária 12395/2011 |
| <p style="text-align: center;">MP 503/10</p> <p>Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.</p> | <p>Esportes: 1 Emenda de autoria do Deputado Fernando Coruja.</p> | Encaminhamento ao Congresso e publicação em site do Ministério dos Esportes dos atos do Protocolo de intenções. | Acatada parcialmente pelo relator. | Transformada Lei Ordinária 12.396/2011 |
| <p style="text-align: center;">MP 504/10</p> <p>Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).</p> | | | | Transformada Lei Ordinária 12.383/2011 |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|---|--|---|---------------------------------------|
| MP 505/10 Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. | | | | Transformada Lei Ordinária 12397/2011 |
| MP 506/10 Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fim que especifica. | | | | Transformada Lei Ordinária 12384/2011 |
| MP 507/10 Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal. | Administração Pública: | Obstrução em plenário levou a perda de eficácia, a medida elevava custos para o usuário e criava insegurança jurídica para os servidores da Receita. | | Arquivada – perdeu eficácia |
| MP 508/10 Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica. | | | | Senado rejeitou a MP no mérito |
| MP 509/10 Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal . | | | Emenda 2 | Transformada Lei Ordinária 12400/2011 |
| MP 510/10 Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória no 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação | Administração Pública: Não foram apresentadas emendas porque o texto em debate não fazia parte do texto original da MP. | Foi apresentada a primeira versão do Regime Diferenciado de Licitações para a Copa e Olimpíadas. PPS, PSDB e DEM evitaram que o PLV fosse aprovado com esse tema. | Destaque de expressão Ampliava os benefícios tributários para as empresas jurídicas que participem das construções dos estádios da Copa. Foi retirada pelo Relator no Plenário. | Transformada Lei Ordinária 12402/2011 |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---------------------------------------|
| Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências. | | | | |
| <p align="center">MP 511/10</p> <p>Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências.</p> | <p>Finanças: Emendas apresentadas pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | | <p>Emenda 4 A MPV 511 criou uma subvenção econômica de até R\$ 5 bilhões a ser paga pelo Tesouro e reajustada pelo IPCA à taxa de Dezembro de 2008. Tal desembolso ocorrerá se a receita bruta do TAV for inferior ao menor dos seguintes valores: (a) estimativa contida no estudo de viabilidade econômica publicado pelo governo; (b) a previsão feita pelo consórcio vencedor.</p> | Transformada Lei Ordinária 12404/2011 |
| <p align="center">MP 512/10</p> <p>Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.</p> | | <p>MOREIRA MENDES RELATOR</p> | <p>O relator incorporou importantes medidas em seu PLV: a) Ampliou o prazo original para o ingresso de novos projetos dando oportunidade a outras empresas solicitarem incentivos; b) Ajustou a redação esclarecendo qualquer dúvida que haja sobre a possibilidade da fruição conjunta do crédito presumido dos benefícios da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997 e da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de</p> | Transformada Lei Ordinária 12407/2011 |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|---|-------------------------------|--|--|
| | | | 1999. c) Permitiu que empresas estabelecidas em municípios abrangidos pela atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene possam ser beneficiadas por esta lei | |
| <p>MP 513/10</p> <p>Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.</p> | | | | Transformado na Lei Ordinária 12409/2011 |
| <p>MP 514/10</p> <p>Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências.</p> | <p>Meio Ambiente:</p> <p>Deputado Arnaldo Jardim apresentou 16 emendas, das quais algumas foram absorvidas no relatório, como a emenda que fez o governo retroceder e passar a incluir apenas a faixa de baixa renda</p> | | Destaque de expressão. O destaque do PPS, que excluiu a exigência de pavimentação, foi acolhido pelo relator. | Transformada Lei Ordinária 12424/2011 |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|--|--|---|--|--|
| | como beneficiária do programa. | | | |
| <p>MP 515/10 Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica.</p> | | | | Transformada Lei Ordinária 12410/2011 |
| <p>MP 516/10 Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.</p> | | | | Prejudicada em virtude da promulgação da Lei 12.382/11, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário |
| <p>MP 517/10 Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga,</p> | <p>Educação: 1 Emenda apresentada pelo Deputado Rubens Bueno.</p> <p>Finanças: Emenda 60 apresentada pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | <p>Os estudantes beneficiados com percentuais de financiamentos inferiores ao máximo previsto no art. 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, poderão solicitar, ao Ministério da Educação, revisão da concessão para aumento do</p> | <p>A Emenda sobre o FIES foi rejeitada pelo relator.</p> <p>A emenda foi objeto de destaque e rejeitada por 257 votos a 94.</p> | Transformada Lei Ordinária 12431/2011 |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|--|--|--|--|---------------------------------------|
| altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências. | Minas e Energia: Emenda n. 64 apresentada pelo Deputado Jardim | percentual financiado. RGR ficará extinta ao final do exercício de 2015, devendo a ANEEL proceder a revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo. | | |
| MP 518/10 Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. | Finanças: 11 emendas apresentadas pelo Deputado Rubens Bueno. | | Foram apresentadas 11 emendas sendo que duas foram acatadas pelo Relator, são elas: a) estabelecendo prazo para que os gestores de banco de dados atendam as solicitações dos consumidores; b) Suprimiu a vedação de anotação de informação sobre serviço de telefonia móvel. A Emenda 12 que estabelecia que as únicas informações a serem incluídas nos bancos de dados serão somente aquelas relativas ao adimplemento foi o destaque da Bancada e ela foi rejeitada. | Transformada Lei Ordinária 12414/2011 |
| MP 519/10 Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. | | | | Transformada Lei Ordinária 12429/2011 |
| MP 520/10 Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH e dá outras | Administração Pública: 2 Emendas | Foram apresentadas 2 emendas a fim de que a Empresa fosse caracterizada como "sem fins lucrativos" e | Não foi votada perdeu a eficácia | Arquivada - perdeu eficácia |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|--|--|---|-------------------------------|-----------------------------|
| providências. | | para garantir imunidade tributária para a empresa. | | |
| <p>MP 521/10 Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.</p> | <p>Administração Pública: 1 emenda Rubens Bueno</p> | <p>Emenda apresentada para garantir a moradia para os médicos residentes.</p> <p>Foi apresentada, no PLV, uma segunda versão do Regime Diferenciado de Licitações para a Copa e Olimpíadas alterando alguns pontos melhorando a versão anterior, mesmo assim as alterações foram consideradas insuficientes, PPS, PSDB e DEM obstruíram a votação levando a perda de eficácia da MP.</p> | Destaque de expressão | Arquivada – perdeu eficácia |
| <p>MP 522/11 Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780.000.000,00, para os fins que especifica.</p> | | | | Arquivada – perdeu eficácia |
| <p>MP 523/11 Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.</p> | <p>Finanças: Emenda 10 apresentada pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | | | Revogada. |
| <p>MP 524/11 Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.</p> | <p>Administração Pública: 1 Emenda Rubens Bueno</p> | Visava dar transparência aos contratos prorrogados exigindo a publicação dos mesmos no Diário Oficial da União. | | Arquivada – perdeu eficácia |
| <p>MP 525/11</p> | <p>Educação: 1 Emenda</p> | Inclua-se no art. 1º da | Rejeitada pelo Relator | Transformada |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|--|--|---|---|--------------------------|
| Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores. | apresentada pelo Deputado Rubens Bueno. | Medida Provisória n. 525, de 2011, o seguinte dispositivo da Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993. "Art. 15-A. A situação de contratação de professores de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993, surtirá efeitos até dois anos após a publicação desta lei, período após o qual todos os cargos deverão ser preenchidos por meio de concurso público". (NR). | | Lei Ordinária 12425/2011 |
| <p align="center">MP 526/11</p> Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências. | <p>Finanças: Seis emendas apresentadas pelo Deputado Rubens Bueno. A Emenda que tornava permanente a possibilidade de deduzir despesas com empregado doméstico foi acatada parcialmente pelo relator (prazo ficou até 2015).</p> | | Emenda 10 que priorizava o investimento em projetos intensivos de mão-de-obra. Rejeitada. | Foi a Sanção |
| <p align="center">MP 527/11</p> Altera as leis nº 11.182 de 2005, nº 5.862 de 1972, nº 8.399 de 1992, nº 11.458 de 2007, e nº 9.649 de 1998. O PLV 17 de 2011 cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, com regras específicas para licitações de obras e serviços relacionados às copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e às Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016). | <p>Administração Pública: 1 Emenda - Rubens Bueno, reduzindo cargos para a Secretaria da Aviação Civil, e em consequência custos.</p> | Foi apresentada uma terceira versão do Regime Diferenciado de Licitações para a Copa e Olimpíadas alterando alguns pontos melhorando a versão anterior, mesmo assim as alterações foram consideradas insuficientes, PPS, PSDB e DEM pretendem tomar outras medidas legais | Destaque para projeto autônomo e Emenda 24 | Foi a Sanção |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|---|--|--|---------------|
| | | para evitar a aplicação das medidas propostas assim que a lei seja promulgada. | | |
| <p>MP 528/11 Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.</p> | <p>Finanças: 4 emendas apresentadas pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | | <p>Emenda 43 que possibilitava a dedução integral das despesas com educação foi rejeitada.</p> | Foi ao Senado |
| <p>MP 529/11 Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual.</p> | | | <p>Destaque de expressão – impediu manobra do Governo que introduziu dispositivo visando reduzir o valor do auxílio-doença, algo que traria sérios prejuízos a milhares de trabalhadores. O PPS apresentou destaque supressivo para retirar a redução do auxílio-doença do texto do Projeto de Lei de Conversão. Vislumbrando a derrota em uma votação nominal, o Relator acatou a mudança proposta pelo partido.</p> | Foi ao Senado |
| <p>MP 530/11 Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.</p> | <p>Educação: Foram apresentadas 3 emendas pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | <p>Emenda 1- incluiu-se a obrigatoriedade de ser respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>Emenda 2. Obrigatoriedade dos conselhos apresentarem demonstrativos financeiros e a fiscalização dos recursos serem realizados pelos órgãos de controle externo responsáveis.</p> | <p>Aguardando Parecer do Relator</p> <p>OBS: No relatório preliminar as três emendas foram acatadas.</p> | Tramitando |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|---|--|--|---|------------|
| | | <p>Emenda 3 – Os relatórios das transferências efetuadas deverão seguir padrões determinados e serem encaminhados para o congresso e serem divulgados na página eletrônica do FNDE.</p> | | |
| <p>MP 531/11 Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00, para os fins que especifica.</p> | | | | Tramitando |
| <p>MP 532/11 Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</p> | <p>Minas e Energia: Emenda apresentada pelo Deputado Rubens Bueno</p> <p>Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Emenda apresentada pelo Deputado Augusto Carvalho</p> | <p>Emenda 39 – Busca dividir o custo de estocagem de etanol combustível entre produtores e distribuidores</p> | <p>Emenda indeferida liminarmente. Apresentado Recurso submetido ao Plenário</p> | Tramitando |
| <p>MP 533/11 Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.</p> | <p>Educação: Foram apresentadas 2 emendas pelo Deputado Rubens Bueno.</p> | <p>Emenda 1 – Foi especificado na definição de estabelecimento público de educação infantil as definições de creches e pré-escola, pois não estavam especificadas na MP.</p> <p>Emenda 2 – O MEC deverá encaminhar ao Congresso e publicizar em página</p> | <p>Aguardando parecer do relator.</p> | Tramitando |

| MP/EMENTA | EMENDA/AUTOR | EXPLICAÇÃO (se necessário) | DESTAQUES | SITUAÇÃO |
|--|---|--|-----------|------------|
| | | eletrônica as transferências de recursos entre o FNDE e os Estados, Municípios e Distrito Federal. | | |
| <p>MP 534/11 Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.</p> | | | | Tramitando |
| <p>MP 535/11 Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.</p> | | | | Tramitando |
| <p>MP 536/11 Fixa o valor da bolsa do médico-residente em R\$ 2.384,82 (dois mil, tezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), autoriza sua filiação a Previdência Social como contribuinte individual e garante a licença paternidade ou licença maternidade.</p> | <p>Administração Pública: 1 emenda - Carmem Zanotto</p> | <p>Estabelecendo a revisão anual da bolsa dos médicos residentes.</p> | | Tramitando |
| <p>MP 537/11 Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00, para os fins que especifica.</p> | | | | Tramitando |
| <p>MP 538/11 Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.</p> | <p>Administração Pública: 1 Emenda - Rubens Bueno</p> | <p>Retirando a renovação de contratos para a Empresa Brasileira de Comunicações - EBC</p> | | Tramitando |